

D. João II – Um Líder Estratégico

António Freitas*

Resumo

É recorrente afirmar-se que o nosso principal problema de afirmação como País reside no facto de não termos uma estratégia nacional, e que tem faltado à governação do Estado líderes com visão e um sentido de direcção. Mas foi sempre assim? O recuo histórico leva-nos a um período tido como um dos mais gloriosos da nossa história – o reinado de D. João II, o *Príncipe Perfeito*, que agiu na estrutura existente ao seu tempo, operando grandes mudanças que conduziram ao *Século de Ouro Nacional*.

Este breve ensaio centra-se na análise dos principais factos e realizações históricas ocorridos no seu reinado, através de um modelo estratégico de A. Beaufre, que imaginou um sistema de estruturação vertical das estratégias do Estado segundo um esquema em pirâmide.

Com o recurso a este modelo de análise procura-se, pois, configurar a existência de uma visão e de um projecto político perfeitamente definido por parte de D. João II, bem como uma estratégia total concebida para a sua concretização, procurando ainda deduzir a existência de traços do que poderemos chamar um conceito estratégico nacional.

Palavras-chave: visão política, projecto político, estratégia total, estratégias gerais, estratégias particulares

* Especialista em Segurança de Pessoas e Bens. Doutorando em Estudos Estratégicos

180 *Abstract*

It is usually said that our main problem of affirmation as a country is that we don't have a national strategy, and that has been lacking in the governance of the State leaders with vision and a sense of direction. But was it always like this? The historical pullback takes us to a period regarded as one of the most glorious of our history – the reign of King John II, the *Perfect Prince*, who acted in the existing structure to that time, operating big changes that led to the so-called *National Golden Century*.

This short essay focuses on the analysis of the main historical facts and achievements that have occurred in his reign, through a strategic model of A. Beaufre, who envisioned a system of vertical structuring of State strategies according to a pyramid scheme.

With the use of this model of analysis, we can configure the existence of a vision and a political project perfectly defined by King John II, as well as an overall strategy designed to that implementation, looking even deduce the existence of traces of what we might call a national strategic concept.

Keywords: political vision, political project, total strategy, general strategies, particular strategies

1. Enquadramento Conceptual

Ao longo destas últimas décadas do Portugal democrático, já tivemos cinco intervenções do Fundo Monetário Internacional e, de forma recorrente, temos visto escrito e dito que o nosso principal problema de afirmação como País reside no facto de não termos uma estratégia nacional, e que tem faltado à governação do Estado líderes com visão e um sentido de direcção, com uma coerência nas diversas estratégias delineadas, assim como na sua adequação ao espaço (meio) e a um tempo próprios.

As crises, como escreveu Franco Nogueira, «foram quase sempre da responsabilidade das elites. O povo, esse continuou com as mesmas virtudes e defeitos, com a mesma disposição para o trabalho e coragem para enfrentar os desafios, com o mesmo carácter e a mesma resignação para sofrer, enquanto os dirigentes, uns pelo sangue dinástico, outros pela escolha popular, cometeram toda a sorte de erros e desacertos políticos, sem servir os interesses permanentes da Grei. Acabaram por transformar e reduzir Portugal ao que é hoje» (Costa, 2012: 23).

Mas foi sempre assim?

Para se compreender o presente e se projectar o futuro é importante a consciência do passado (três dimensões ao mesmo tempo distintas e inseparáveis), sendo esta indispensável à criação de uma consciência nacional (qualquer que seja a definição complexa que desta se queira dar). É por isso importante revisitarmos a nossa história colectiva, procurando nela uma memória com sentido inspirador, mobilizador e galvanizador, de forma a ultrapassarmos os tempos difíceis que atravessamos. Como referiu Rego (1963, pp. 13-14), «[r]ecordando e estudando o passado, o homem encontra-se a si mesmo. (...) É no passado que se vão buscar as raízes do presente. É no estudo do que se foi que se vão procurar incentivos para o que se deve ser».

Neste quadro, o recuo histórico leva-nos a um período tido como um dos mais gloriosos da nossa história – o reinado do *Príncipe Perfeito* que, como agente histórico¹, agiu na estrutura existente ao seu tempo, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, operando grandes

1. A História, segundo Rego (1963: 1), refere-se ao homem e ao passado, porque o presente lhe escapa por falta de perspectiva. Quer isto dizer que a história é a ciência dos acontecimentos do passado (em sentido estrito) e a ciência da actividade do homem, considerado como elemento social em contacto com outros homens, no passado.

182 mudanças que conduziram ao *Século de Ouro Nacional*, não obstante ter governado relativamente pouco tempo (entre 1481 e 1495), num contexto geopolítico e geoestratégico complexo, tendo como elemento central o objectivo nacional permanente histórico de preservar a individualidade de Portugal face à força centrípeta de Castela, prosseguir de forma brilhante o grande empreendimento dos *Descobrimentos* como objectivo estratégico conjuntural (assente numa poderosa base atlântica de apoio), e ter enfrentado graves conflitos internos pela acção dos grupos políticos seus adversários.

As sucessivas interpretações da acção do *Príncipe Perfeito*, apresentadas por ilustres historiadores nacionais², estabeleceram um património histórico riquíssimo. Falta, todavia, uma abordagem interdisciplinar à luz dos estudos estratégicos³.

Este breve ensaio relativo à figura e à governação de D. João II centra-se na análise dos principais factos e realizações históricos ocorridos

2. Os textos narrativos fundamentais para o conhecimento de D. João II e do seu reinado são os dos cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende. Estes cronistas, que tiveram em comum um conhecimento aprofundado da pessoa e da sua acção política, apresentam cenários diferentes, mas tal deve-se essencialmente pelas diferentes posições que ocuparam face ao Rei, sendo Resende o seu biógrafo mais chegado. A obra do cronista Damião de Góis também reveste interesse para o período anterior a 1481. Ao longo do século passado sucederam-se as obras por parte de diversos historiadores, como Francisco da Costa Cabral (1914), João Grave (1915), Afrânio Peixoto (1943), Elaine Sanceau (1952), Mário Domingues (1960) e Carlos Machado Santos (1965). Mais recentemente, Luís Adão da Fonseca (2007), outro renomado historiador, traça a biografia de D. João II no âmbito de uma colecção de biografias de todos os reis de Portugal. Contudo, os estudos mais completos sobre D. João II até agora publicados são da historiadora Manuela Mendonça, que deixa a sua marca com *D. João II – Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal* (1991).
3. A delimitação epistemológica e científica dos Estudos Estratégicos tem merecido por parte da comunidade académica, designadamente nos EUA (Georgetown, John Hopkins, Stanford e Columbia), no Reino Unido (King's College e Oxford) e em França (Sorbonne 13 e Sciences Po), uma ampla reflexão para a qual são convocadas a Ciência Política e as Relações Internacionais. A definição da área científica dos Estudos Estratégicos vai no sentido de agregação de perspectivas clássicas do pensamento estratégico com contributos destas duas disciplinas. Esses contributos são valorizados pela interdisciplinaridade no desenvolvimento do processo estratégico assente, essencialmente, na interdependência da Estratégia com a Ciência Política, da qual é tributária, e com as Relações Internacionais, onde a Estratégia vai colher modelos observantes da Conjuntura, com especial enfoque na defesa, na política externa e na segurança sistémica.

no seu reinado⁴, através de um modelo estratégico de André Beaufre⁵, que imaginou um sistema de estruturação vertical das estratégias do Estado segundo um esquema em pirâmide, tendo no seu vértice, directamente subordinado ao governo, e logo à política, a estratégia total⁶, a quem cabe definir a missão própria de cada uma das diversas estratégias gerais⁷, política, económica, militar, e psicossocial, assim como a sua combinação num leque de acções visando uma finalidade de conjunto.

Por sua vez, estas estratégias gerais, como refere Ribeiro (2010), embora possam conduzir à identificação de muitas estratégias particulares⁸, dada a diversidade dos sectores do Estado e dos meios empregados, podem ser subdivididas da seguinte forma: a estratégia política, engloba a estratégia da política interna e a estratégia diplomática; a estratégia económica, engloba a estratégia da produção, a estratégia financeira e a estratégia do comércio externo; a estratégia militar,

-
4. Para isso recorreu-se às obras já citadas produzidas por renomados historiadores nacionais, em especial Manuela Mendonça (1991) e Luis Adão da Fonseca (2007). Tivemos também em conta os trabalhos do General Pedro Cardoso, designadamente no que concerne aos factos históricos por ele levantados como os mais relevantes para um estudo da estratégia (Cardoso, 1998: 54-65), uma vez que nos textos históricos não se encontram claramente objectivados os conceitos estratégicos.
 5. Beaufre, A. (2004) *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 44-45.
 6. Segundo Barrento (2010: 122), a estratégia total «é aquela que se pratica ao nível do pensamento e da acção estratégica, ao nível da política, (...) desenvolvendo um sistema de informações que permite um conhecimento direccionado das situações por forma a dar maior racionalidade às decisões estratégicas. Privilegia o estudo e a concepção que sustentam as orientações a dar às estratégias gerais. Faz a coordenação das estratégias gerais de modo que elas possam concorrer para os objectivos desejados e se obtenha até sinergias, (...) e exerce um controlo a nível superior para evitar erros e corrigir desvios».
 7. Como refere Beaufre (2004: 45), as estratégias gerais têm como função repartir, combinar e assegurar a execução das tarefas que são incumbidas pela estratégia integral aos diferentes ramos de actividade do domínio considerado. As estratégias gerais situam-se no nível intermédio, espaço de charneira entre a concepção e a execução estratégicas, ou seja, entre o que a nível político se quer ou deve fazer, e aquilo que as condições técnicas tornam possível. Por outro lado, Ribeiro (2010: 79) afirma que as estratégias gerais englobam o emprego dos meios (aspectos operacionais) e o desenvolvimento da força, o qual compreende a geração e a criação de novos meios (aspectos genéticos) e a sua composição, organização e articulação (aspectos estruturais).
 8. Segundo Silva Ribeiro (2010: 80-81), as estratégias particulares prendem-se com as especialidades de funções e as responsabilidades dentro da estratégia geral a que subordinam. Por outro lado, o conceito de estratégia particular é indispensável para o estudo, a análise e a aplicação do poder nacional, tendo em vista a repartição de responsabilidades e a especialização de funções. Deve ainda ter-se presente que em cada estratégia particular a natureza das acções associadas exige a adopção de processos e técnicas específicas.

184 engloba as estratégias particulares consoante os ambientes físicos de aplicação da maioria dos meios (terrestre, naval e aeroespacial); e a estratégia psicossocial, engloba a estratégia de propaganda, a estratégia de contrapropaganda e a estratégia da informação pública.

Por fim, segundo Silva Ribeiro (2010), no âmbito das estratégias particulares, é necessário provocar a transição de uma determinada situação actual para uma futura desejada, pelo que cada uma delas adopta um paradigma de transformação que serve de referência às acções a produzir nos campos genéticos⁹, estrutural¹⁰ e operacional¹¹,

9. Para Silva Ribeiro (2010: 82-83), a estratégia genética preocupa-se com a criação e a geração de novos meios a compor com capacidades diversificadas, integráveis e conjugáveis, a disponibilizar à estratégia operacional no momento adequado, que sirvam o conceito estratégico adoptado e tenham em atenção a evolução da conjuntura, mas isso não significa que a estratégia operacional prevaleça sobre a estratégica genética. Esta estratégia assenta em «três atitudes fundamentais: racionalizar (através da realização de estudos prospectivos que analisem com razoável antecipação as situações futuras; calendarizar (definindo prazos de realização dos meios ajustados às exigências operacionais; e programar (o que compreende não só o lançamento dos programas que empenham os recursos materiais, humanos e técnicos, bem como a integração e a compatibilização dos diferentes programas numa verdadeira estratégia». Por sua vez, Abel Cabral Couto (1988: 232) afirma que «na sua verdadeira acepção, a estratégia genética só está ao alcance das grandes potências. Estas podem primeiramente conceber uma estratégia operacional e, seguidamente, conceber e produzir os meios, incluindo os sistemas de armas, que melhor sirvam aquela doutrina de emprego. Pelo contrário, normalmente uma pequena potência tem de formular uma estratégia operacional em função dos meios escolhidos entre os que estão ao seu alcance». Couto refere ainda que, em regra, é preciso raciocinar com um avanço de anos sobre uma situação futura, sempre conjuntural, assumindo a capacidade prospectiva uma importância fundamental.
10. Para Silva Ribeiro (2010: 83), a estratégia estrutural engloba os aspectos relativos à disposição dos meios, ou seja, à sua composição, organização e articulação em capacidades coerentes, interdependentes e colaborantes. Por outro lado, de acordo com Cabral Couto (1988: 232), «a estratégia estrutural tem por objectivo a detecção e a análise das vulnerabilidades (ou pontos fracos) e das potencialidades das estruturas existentes, com vista à definição das medidas mais adequadas, incluindo a criação de novas estruturas que conduzam à eliminação ou atenuação das vulnerabilidades, a um reforço das potencialidades e, em última análise, a um melhor rendimento dos meios ou recursos».
11. Segundo Silva Ribeiro (2010: 83), «a estratégia operacional trata dos aspectos ligados ao emprego dos meios, atendendo às suas características e possibilidades para se materializarem os objectivos superiormente fixados. Para isso, cabe-lhe conceber e executar a manobra estratégica ao nível dos grandes subordinados, ou seja, dos responsáveis pelos teatros de operações». Cabral Couto (1988: 231), por seu turno, refere que, em cada domínio, é seu objecto não só conciliar os objectivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas tácticas e técnicas do domínio considerado, mas também orientar a evolução daquelas de forma a adaptá-las às necessidades da estratégia.

de forma a provocar e orientar a mudança no sentido da situação almejada.

Com o recurso a este modelo de análise procura-se configurar a existência de uma visão e de um projecto político perfeitamente definido e se existia uma estratégia total concebida para a sua concretização, procurando ainda deduzir a existência de traços do que poderemos chamar conceito estratégico nacional¹².

2. Enquadramento Histórico

Dos textos históricos, a dimensão que domina a imagem do rei é da exemplaridade, tendo como traços dominantes do seu carácter a lealdade ao pai, a coragem, a argúcia e fortaleza demonstrada em momentos críticos, impulsivo, prudente, organizado e normativo, teatral, místico, para além da sua evocação como justo e santo, não obstante alguns autores não deixarem de afirmar que era condescendente com os seus servidores que o serviam de olhos fechados, e implacável para aqueles que o contrariam e lhe disputam o poder, num misto de autoritarismo e violência extrema.

De qualquer modo, a figura de D. João II passou a fazer parte do imaginário mnemónico da história peninsular, passando ao longo dos séculos a ser visto e apresentado como modelo de príncipes e de governantes, mas saber até que ponto D. João II tinha um projecto político perfeitamente definido e se existia uma grande estratégia concebida

12. Sabendo-se que à época a sua expressão e toda a contextualização subjacente não existiam, o conceito estratégico deve ser entendido, segundo Silva Ribeiro (2010: 82) como a grande ideia sobre a manobra estratégica do Estado para a consecução dos objectivos fixados pela política. Estabelece os princípios reguladores da acção estratégica nos campos genéticos, estrutural e operacional. São aqueles que expressam a filosofia e conferem coerência à acção estratégica nacional. Por seu turno, para Pezarat Correia (2002: 36-37), «a aplicação da estratégia, ou das estratégias, faz-se através de determinados processos que, de forma genérica, se traduzem na elaboração de conceitos e de planeamentos estratégicos. Um conceito estratégico pode assumir formas diversificadas na sua elaboração mas, no essencial, deve contemplar: a percepção de uma determinada situação internacional e/ou nacional e do quadro de referência de conflitualidade que a caracteriza, incluindo as ameaças mais perigosas e as mais prováveis; a identificação clara e hierarquizada dos interesses e dos objectivos nacionais; a enumeração dos recursos e meios existentes ou a gerar; a elaboração de um conceito geral de acção e das orientações para as estratégias subordinadas». [Por outro lado,] a elaboração de um conceito estratégico terá de respeitar três princípios fundamentais: ser adequado ao objectivo visado; ser exequível face aos recursos disponíveis; ser aceitável face às capacidades dos escalões subordinados».

186 para a sua concretização é o desafio que este breve ensaio procura dar resposta.

Tendo vivido a experiência da Regência, tendo sido episodicamente aclamado como rei aos vinte e quatro¹³, e governado intimamente associado ao seu pai nos últimos anos do seu reinado, teve condições para ir definindo um projecto político muito pessoal. A experiência adquirida aliada ao conhecimento teórico de novas formas de governo e ainda o confronto com estratégias experimentadas por outros monarcas, constituíram a sua base de reflexão. A partir dela pôde encontrar o seu próprio plano de governo. Nesta perspectiva, ser rei não constituiu um ponto de partida, mas um ponto de chegada. Poucos monarcas europeus teriam a sua experiência política ao serem aclamados.

Quando D. João II é definitivamente aclamado rei em 28 de Agosto de 1481, o seu grande desígnio assentava na ideia de um imperialismo da Espanha até à Índia. Para realizar esse grande sonho, concebe e leva a efeito um projecto que pretende concretizar através de três grandes objectivos políticos convergentes: a reconstituição do reino com a centralização do poder real e a reforma do Estado, a unificação da Península sob o ceptro de Portugal, e a formação de um Império de Além-mar, a descoberta da Índia e o estabelecimento do império oriental.

Mas antes de nos debruçarmos sobre a acção governativa de D. João II, importa caracterizar de forma genérica o contexto histórico externo e interno em que decorreu o seu reinado.

Na segunda metade do século XV, a Europa começara a assistir ao aparecimento e à concretização do poder real. Tal movimento é apoiado pelos homens de leis e pelos conhecedores e defensores do Direito Romano, que pretendem impor uma autoridade única materializada na instituição real. Decorrente do reforço dessa autoridade real e legitimados pela acção arbitral do Papa, tinham começado a surgir na Europa

13. João fez-se aclamar rei em Santarém, em 10 de Novembro de 1477, depois de D. Afonso V, desiludido com a forma como tinha sido tratado na corte francesa de Luís XI, a onde se tinha deslocado em busca do seu auxílio militar, traduzindo-se este apoio num forte ataque ao reino de Aragão que podia restituir à Beltraneja a coroa de Castela, ter escrito ao filho, em fins de Setembro, a entregar-lhe o trono dizendo que partia em religião para Jerusalém. Mas, inesperadamente, D. Afonso V estava de regresso. Os fidalgos que o tinham acompanhado a França persuadiram-no a desistir da abdicação e a voltar imediatamente a Portugal para retomar o governo. Os nobres esperavam que ele pudesse continuar ainda por muito tempo com a orientação política que tanto os favorecera.

grandes Estados cristãos. O Cristianismo e a autoridade do Papa, para além da significativa unidade espiritual que conseguem obter, dispõem de uma poderosa influência política¹⁴.

Na Europa de Leste, o Império Turco tinha atingido o seu apogeu destruindo o Império Bizantino, em 29 de Maio de 1453, às mãos do sultão Maomé II, e desencadeado um processo do domínio da Europa, sem todavia o conseguir. Tinha, no entanto, criado dificuldades no comércio entre italianos e árabes e a pirataria moura punha em causa os contactos com o Norte de África. O comércio com o Oriente utilizava as rotas que daquelas paragens conduziam ao Mediterrâneo, quer através do Mar Vermelho quer através das estepes da Ásia Central. Os portos de chegada eram os do Mar Negro e Constantinopla, onde a partir daí os Genoveses e Venezianos funcionavam como únicos intermediários únicos para a Europa.

Na Europa Central, a França procura ultrapassar as dificuldades criadas pela Guerra dos Cem Anos (1377-1475) e inicia uma acção centralizadora da realeza através de Luís XI, e o mesmo se passava com os Habsburgos, partindo da Áustria a iniciativa da unificação política. No que respeita à Inglaterra, após a guerra com a França e a sangrenta guerra civil entre as famílias mais poderosas¹⁵, vai também procurar estabelecer uma monarquia centralizada embora com características distintas da França.

Por seu turno, a Península Itálica continuava a viver uma experiência singular que impedia a formação da unidade nacional, tendo como resultado a configuração de um mosaico de várias entidades, nomeadamente Veneza, Florença, Génova, Nápoles, Roma e os diversos Estados Pontifícios.

Ao nível da Península Ibérica, Castela e Aragão estão reunificados com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, e com a previsível conquista de Granada desaparecia, assim, por um lado, o relativo equilíbrio de forças que nos tinha permitido sobreviver no mapa político da Europa Medieval, e por outro, passava aqui a jogar-se os diferentes interesses de uma Europa que vigiava o seu equilíbrio geopolítico.

14. "A Baixa Idade Média. Seculos XIV e XV", História Universal, vol. I, 1992, p. 420.

15. A derrota militar com a França significou o desprestígio dos Lencastres e o começo de uma guerra civil que deu, sucessivamente, o trono às casas de York e de Tudor, ramos colaterais dos Plantagenetas.

Por força do impulso das descobertas e da exploração da costa africana iremos assistir ao mudar do centro de gravidade da vida económica do Mar do Norte, do Mar Báltico¹⁶ e do Mediterrâneo para o Atlântico, com os inerentes reflexos no contexto europeu. Os países voltados ao Atlântico vão aumentar a sua importância política em detrimento dos países da Europa Central: Portugal e Espanha vão assumir-se como grandes poderes. Paralelamente holandeses, ingleses e franceses voltam-se para o mar, primeiro como mercadores e em seguida como *piratas*, dando início à guerra do corso¹⁷, contra a qual Portugal e Espanha serão obrigados a acautelar-se. Jogava-se o domínio dos mercados ultramarinos, pelo que era inevitável o confronto entre as diversas potências europeias e o agravamento dos diferendos diplomáticos, jurídicos e militares. Em simultâneo com a circulação da riqueza redefiniram-se as áreas estratégicas e o cenário da guerra. À medida que as viagens de reconhecimento de novas zonas de tráfico viabilizavam a formação de economias periféricas de tipo colonial requeridas pela hegemonia do grande comércio, a pretensão de monopolizar as rotas do oceano desestabilizava os precários consensos jurídicos que pautavam a convivência nos mares, e criava também os requisitos para uma violência institucionalizada em que se julgavam interesses materiais de natureza imediata, quer privados quer públicos.

Por outro lado, a introdução dos produtos vindos das colónias vai provocar um aumento do comércio mundial, dando origem às grandes empresas e monopólios e à grande apetência e procura de moeda (prata e ouro). A expansão dos países ibéricos abriu o Atlântico aos fluxos de comércio exótico e deslocou o eixo das economias mercantis para uma posição oceânica. No que respeita aos grandes portos e

16. Os ingleses tinham conseguido quebrar o monopólio hanseático no Báltico (Paz de Utreque, 1474).

17. O corso ou guerra de corso significava o ataque ou o apresamento de um barco, pessoas e bens levado a efeito por um particular (e, por vezes, uma entidade pública) a coberto de uma ordem jurídica chamada carta de corso. O que é interessante ressaltar é que este instrumento jurídico permitia aos Estados dissimular uma política de hostilidade, diferindo-a para os particulares, com proveito também para os cofres públicos, e usá-lo como meio de pressão no campo diplomático sem quebrar, por isso, as boas relações que os tratados de amizade e aliança preconizavam. Por estas razões a violência no mar em vez de regredir aumentava cada vez mais com todas as suas características ambíguas: justo exercício do direito de represália, forma de policiamento, economia de pilhagem na variante de pirataria social ou de uma pirataria de estado e ainda guerra naval dissimulada.

entrepósitos comerciais, Lisboa, Sevilha e Roterdão vão substituir Lubeca, Veneza e Génova.

Em Portugal vivia-se grandes conflitos decorrentes dos agravos existentes, esperanças e contradições que marcavam a sociedade da época, com a tónica geral na condenação da orientação política do reinado do seu pai, Afonso V. Era necessário, por termo, com o apoio do elemento popular, à preponderância intolerável de uma nobreza abarrotada de privilégios. O rei chegara a ser pouco menos de nada, pelo que era necessário exercer actos de jurisdição com todo o carácter de soberania. A situação do erário régio era muito precária devido às guerras e prodigalidades do pai. Existiam vários problemas de natureza militar, de justiça, económicos e administrativos. Dado o desastre de Toro havia que celebrar sem demora pazes com Castela. Por outro lado, era imperioso prosseguir os planos do Infante D. Henrique, de outra forma ao pensamento primário de Afonso V, substituindo às guerras de Marrocos, as descobertas e viagens em busca do Oriente, afirmando o destino marítimo de Portugal.

Uma vez traçadas as linhas essenciais do quadro conceptual e teórico de abordagem e delineado o contexto histórico externo e interno em que decorreu o seu reinado, a exposição centrar-se-á em (1) traçar as linhas fundamentais das acções que prefiguram possíveis *estratégias gerais* e *estratégias particulares*, procurando, no âmbito de cada uma delas, destrinçar o que era de natureza estrutural, genética ou operacional; (2) analisar, de uma forma genérica, a compatibilidade entre os objectivos políticos que se procuravam atingir e as respectivas estratégias desenvolvidas; e (3) esboçar as grandes linhas do que poderemos chamar o *conceito estratégico*, partindo do pressuposto que aceitamos como válidos os objectivos políticos enunciados, bem como os pontos nodais da acção estratégica.

3. Linhas Fundamentais das Acções que Prefiguram Possíveis Estratégias Gerais e Particulares

3.1. *Estratégia Política*

No âmbito da *estratégia de política interna*, importa destacar:

- a eliminação do poder da grande nobreza senhorial, em especial o Duque de Bragança e os seus dois irmãos, e mais tarde do Duque de Viseu, bem como o controlo de todos os fidalgos, numa sistematizada sequência de medidas que permitissem a criação de um Estado forte, materializado na instituição real e na autoridade do Rei; em suma, a impossibilidade de coexistência de dois centros de poder;
- o estabelecimento de políticas destinadas a garantir a estabilidade social e política do reino, bem como de políticas consentâneas com os objectivos de desenvolvimento e investigação necessárias à expansão, e de forma a mobilizar os meios humanos e materiais necessários à concretização desses objectivos – a reformulação geral do reino, feita em função de quatro grandes sectores: Graça, Justiça, Fazenda e Administração.

Neste domínio estamos perante uma grande dificuldade em destrinçar que medidas tinham um carácter eminentemente estrutural, genético ou operacional. De qualquer modo, julgamos que ao nível da reformulação geral do reino, as acções tiveram uma natureza mais estrutural para reforço do aparelho de Estado, enquanto a eliminação da alta nobreza, apesar de existir o objectivo de reduzir substancialmente o seu poder, foi mais ditada por razões de natureza operacional dadas as circunstâncias ocorridas.

Em matéria de *estratégia diplomática*, constata-se:

- um esforço para encontrar uma solução de paz duradoura com Castela, reforçando o Tratado de Alcáçovas-Toledo, com uma aliança dinástica através do casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel, filha dos Reis de Castela, visando simultaneamente abrir espaço à visão de um grande império – da Espanha à Índia – sob a égide de Portugal;
- uma permanente acção diplomática junto da Santa Sé de forma a interessá-la na expansão ultramarina, através da actualização da ideologia cruzadística, procurando que as bulas papais (reconhecidas como Direito Internacional) dessem resolução favorável aos diferendos reais e que poderiam vir a surgir com o processo de expansão;
- um reforço da capacidade negocial e da liberdade de acção política na comunidade internacional, através da celebração e/ou

reforço de tratados e alianças com outros países, como a França, Aragão, Inglaterra, Países Baixos e até os Estados italianos. O objectivo era ultrapassar a excessiva dependência diplomática em relação a Castela, através da exploração do poder conferido pelas potencialidades geoestratégicas adquiridas pelo domínio das rotas do Atlântico Sul e da costa africana.

Também neste domínio se apresenta uma grande dificuldade em destringir que medidas tinham um carácter eminentemente estrutural, genético ou operacional, mas quer-nos parecer que todas as acções eram ditadas por razões de natureza conjuntural, se bem que as boas relações com a Santa Sé eram, à época, um objectivo permanente a prosseguir.

3.2. *Estratégia Económica*

Relativamente à *estratégia económica*, verificou-se:

- um carácter predominantemente mercantilista, sem procurar exercer qualquer interferência na área da produção;
- a criação de zonas de comércio em zonas estratégicas junto dos locais de produção dos principais produtos;
- a constituição de monopólios nacionais para controlo do comércio;
- a constituição de novas feitorias para servirem como base para trocas comerciais e de pontos de apoio ao longo da costa do Atlântico Sul;
- o estabelecimento de rotas marítimas e de um circuito económico num eixo África/Lisboa/Flandres, para gerar recursos financeiros que permitissem a sustentação do projecto em todas as suas vertentes.

Neste domínio temos essencialmente uma estratégia estrutural: com a constituição de monopólios nacionais procura-se responder a uma vulnerabilidade detectada que interessava corrigir. Com efeito, estando a actividade comercial entregue a particulares, a Coroa era muito prejudicada porque parte da riqueza gerada *fugia* dos seus cofres. Com a constituição de novas feitorias pretende-se criar estruturas de forma a reforçarem-se potencialidades, conseguido através de uma melhor eficácia dos meios e recursos disponíveis.

3.3. *Estratégia Militar*

No que se prende com a *estratégia militar*, merece destaque:

- o reforço do armamento geral do Reino e do efectivo da guarda real, assim como a redução da autonomia militar dos grandes senhores, consolidando deste modo a autoridade real;
- o reforço da defesa fixa do porto de Lisboa com a construção de infra-estruturas para defesa em caso de ataques surpresa dos navios de corsários, e a criação dos arsenais da milícia para ocorrer a futuras mobilizações;
- o apetrechamento dos estaleiros navais e desenvolvimento da construção naval, procurando dotar as caravelas das características técnicas que permitissem dispor de supremacia técnica em termos de robustez, manobrabilidade e capacidade de fogo de artilharia, que passaremos também a utilizar embarcada;
- o desenvolvimento de um potencial militar e da táctica naval capaz de proteger as linhas de comunicação marítimas e projectar um poder militar ofensivo conjunto;
- a construção e ocupação de sólidas fortalezas erguidas em pontos estratégicos que garantiam a defesa das terras ocupadas, mas que também funcionavam como feitorias;
- a recolha e análise de todo o tipo de informações necessárias ao progressivo desenvolvimento do projecto de expansão, nomeadamente nas acções de exploração efectuadas;
- a política de segredo para protecção de tudo o que dissesse respeito à expansão marítima;
- a política de desinformação através da disseminação de notícias falsas postas a correr sobre o resultado de viagens e prática de fraudes cartográficas;
- o desenvolvimento da escola de navegação em termos de conhecimentos de ciência náutica, cosmografia e astronomia, o recrutamento dos melhores pilotos, navegadores e cartógrafos, e o empenhamento na investigação e desenvolvimento tecnológico de instrumentos essenciais à navegação.

No plano da estratégia militar, encontramos de forma mais ou menos clara uma estratégia genética ligada a tudo o que dissesse respeito ao domínio do oceano, na medida em que se procurava a geração e a criação de novos meios e instrumentos, estando presente uma acção prospectiva sobre a evolução do Projecto. Por outro lado, estamos também perante uma estratégia estrutural quando se apetrecham os estaleiros navais e se constroem infra-estruturas de defesa como fortalezas e torres com grande capacidade de artilharia. As estratégias de natureza operacional aparecem quando se dota as caravelas de capacidade de fazer fogo raso e se desenvolve a táctica naval baseada nesse avanço técnico e na grande manobrabilidade dos navios ou quando se estabelecem políticas de segredo e políticas de desinformação. No que respeita à desinformação, é nosso entendimento que esta, também de alguma forma, pode ser incluída na estratégia psicológica, uma vez que provocava um efeito desmoralizador nos nossos adversários. De igual modo, as capacidades técnicas que permitiam a nossa supremacia militar tinham um duplo objectivo, mas de efeitos contrários: por um lado, criavam uma aura de invencibilidade aos olhos dos nossos inimigos, desmoralizando-os, e, por outro, traziam aos nossos marinheiros e soldados uma capacidade anímica sem a qual não teria sido possível a continuação da epopeia.

3.4. *Estratégia Psicossocial*

A identificação de acções que configurassem possíveis estratégias desta natureza representou uma grande dificuldade porque a maior parte das vezes elas não aparecem delineadas de uma forma clara. Todavia, podemos descortinar determinadas acções que, por constituírem formas de coacção, por terem um carácter simbólico e penetrarem no mundo do subliminar ou por entrarem na esfera do espectáculo e do aparato demonstrativo de Poder sem igual, podem ser tipificadas como estratégias psicológicas. A saber:

- um novo modelo funcional das Cortes e a introdução de modificações no cerimonial de homenagem (auto de obediência e de juramento), foram formas de afirmação da figura do rei como senhor único, a quem todos sem excepção deviam servir – a representação teatral da transcendência do Poder;

- a divisa do monarca, um pelicano, ave que ferindo o peito, garantia o sustento e criação dos filhos que no ninho tem consigo, sugerindo o sacrifício por excelência que é a paixão, a que junta a divisa por *Por tua Lei e por tua Grei*, ajuda a compreender que o poder régio se sacrifica pela lei e pelos seus súbditos;
- o cunho de uma moeda - o justo - que tinha gravada a mão do rei a segurar um punhal com a lâmina virada para baixo e com a legenda «o justo florescerá a palma», foi vista como a glorificação da justiça do rei face aos traidores, ou seja, uma forma de justificação simbólica de um pacto que provocou uma dolorosa impressão na população e na nobreza em particular;
- a execução em efígie do marquês de Montemor, com o pormenor do *derramamento* de grande quantidade de tinta simbolizando sangue, foi também demonstrativa de que a justiça não deixaria de ser feita;
- a cerimónia em que o 2º conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses, foi feito marquês constituiu um momento de afirmação de grandeza e a demonstração ao reino de uma autoridade única;
- a luxuosa embaixada enviada para prestar obediência ao papa Inocêncio VIII, e a Oração de Sapiência que Vasco de Luceña pronunciou foram actos de afirmação exterior da grandeza de um poderoso monarca, ultrapassando em muito a dimensão protocolar;
- a comemoração da Batalha de Toro e da mercê divina da vitória, em memória de Nosso Senhor, da Virgem Maria, de S. Jorge e de São Cristóvão, por todo o reino, todos os anos, no dia 2 de março, com uma solene procissão com a mesma dimensão e solenidade da do Corpo de Deus, e a procissão da comemoração da Batalha de Aljubarrota, a 15 de agosto, como memória colectiva que interessa ao Poder;
- a titulação régia para *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África e Senhor da Guiné*, ao mesmo tempo que toma a decisão de reformar o escudo do reino.

4. Análise da Compatibilidade dos Objectivos Políticos e as Respectivas Estratégias Desenvolvidas

195

Relativamente à análise da compatibilidade dos objectos políticos e às respectivas estratégias desenvolvidas, cabe-nos destacar:

- a. o objectivo da centralização do poder real foi atingido. Todavia, a centralização e o alargamento do património da Coroa foram conseguidos a preço de um quase total aniquilamento da nobreza. O processo utilizado foi frequentemente demasiado doloroso, tendo provocado uma clivagem profunda entre o Rei e a nobreza, com esta a nunca lhe perdoar os agravos que recebeu. Esta *guerra surda* manifestou-se no final do seu reinado, quando D. João II, muito doente, não teve energia física nem força política suficientes para conseguir a sucessão do seu filho bastardo. A acção da rainha, que estava com a grande nobreza, e o papel do Cardeal D. Jorge da Costa em Roma foram determinantes para fazer chegar ao trono D. Manuel, o irmão da rainha. Desta forma, a terrível morte de D. Afonso acabaria por colocar o monarca perante a destruição de todos os sonhos da sua vida e o castigo máximo da obrigatoriedade de reabilitar as famílias que dominara, pois embora o sucessor legítimo fosse da Casa de Beja e Viseu, a verdade é que, implicitamente, era a casa de Bragança que também saía vitoriosa;
- b. no que respeita à reforma do Estado, as reformas encetadas satisfizeram os objectivos traçados. Não foram, porém, criadas condições para a crise da agricultura que, com os campos abandonados e uma crescente falta de mão-de-obra, vai gerar problemas de desenvolvimento económico e de insuficiência de produção alimentar – os agricultores foram os únicos que permaneceram indiferentes e críticos ao projecto da expansão marítima. Na verdade, a prosperidade que se verificou a nível económico, não produziu um consequente desenvolvimento interno nesse domínio;
- c. dos grandes objectivos que tinha projectado, não conseguiu concretizar a unificação ibérica e dar, assim, expressão à sua visão do grande império da Espanha à Índia, o que se ficou a dever ao infortúnio da morte de seu filho Afonso, já casado com

a Princesa Isabel de Espanha, num trágico acidente, algo que não estava ao seu alcance controlar. No que respeita ao grande Plano, a chegada à Índia pelo mar, a morte também lhe roubou essa glória; mas tudo deixou preparado para que o seu sucessor viesse a concretizar o sonho que alimentou toda a sua vida;

- d. não obstante todas as contrariedades, o potencial militar evidenciado, associado ao apoio sólido e estruturado nos arquipélagos da Madeira e dos Açores e nas praças ocupadas ao longo da costa africana, conjuntamente com o progresso e o êxito das explorações económicas, projectaram Portugal como grande poder da época e única potência marítima no Atlântico Sul.

Conclusão

Quando D. João II é definitivamente aclamado rei, em 28 de Agosto de 1481, o seu grande desígnio assentava na ideia de um imperialismo da Espanha até à Índia. Para realizar esse grande sonho, concebe e leva a efeito um projecto que pretende concretizar através de três grandes objectivos políticos convergentes: a reconstituição do reino com a centralização do poder real e a reforma do Estado, a unificação da Península sob o ceptro de Portugal, e a formação de um Império de Além-mar, a descoberta da Índia e o estabelecimento do império oriental.

Para a concretização desses objectivos delinea e desenvolve uma estratégia total. Cabe-nos agora esboçar as grandes linhas do seu *Conceito Estratégico Nacional*, a saber:

- garantir a afirmação da individualidade e a soberania de Portugal na Península Ibérica assegurando uma coexistência pacífica com Castela, pela criação de um espaço de afirmação extra-peninsular, fundamentalmente atlântico, tirando partido do *triângulo estratégico* Lisboa, Madeira e Açores, consolidando o domínio marítimo desde a costa portuguesa à Guiné, tendo como objectivo nacional a procura da passagem Sul para o Índico, para abrir o caminho marítimo para a Índia;
- efectuar uma acção diplomática, designadamente junto da Santa Sé para obtenção de bulas favoráveis à expansão ultramarina, estabelecer acordos dinásticos e alianças que suprissem insuficiências e debilidades do nosso potencial militar e económico,

e contribuíssem para a salvaguarda da nossa individualidade como nação, bem como das conquistas e zonas de influência obtidas pelas descobertas realizadas;

- desenvolver as capacidades militares, terrestres e navais, adequadas às nossas necessidades, intenções e recursos económicos (capaz de afirmar superioridade técnica no mar, tecnologia marítima e ciência náutica, e tivesse capacidade de defesa terrestre, fortificação e infantaria), e pela criação de uma política de segredo de Estado, de forma a garantir significativa independência e liberdade de acção na cena internacional relativamente às potências aliadas;
- controlar a economia através da centralização estatal da actividade comercial relacionada com os produtos provenientes da expansão marítima, fossem eles mediterrâneos, atlânticos ou africanos, actuando directamente nas fontes de produção, no transporte, na exportação e ainda no capital, de modo que o resto da Europa tivesse necessariamente de utilizar Portugal como intermediário;
- obter a afirmação de um Estado forte, materializado na instituição real e autoridade do Rei, assim como na criação de uma comunidade nacional homogénea, com todas as forças nacionais animadas de uma grande força anímica orientadas para o grande objectivo nacional – a expansão marítima – e a descoberta de novos horizontes, com tudo o que isso poderia representar.

O D. João II foi um genial condutor da Nação, dando corpo ao que refere Silva Ribeiro (2010: 29-31): «a pessoa do estratega é o factor determinante da estratégia como arte. (...) os mestres na arte estratégica devem ser capazes de desempenhar as funções de líder estratégico, de praticante estratégico e de teórico estratégico (...). Estas funções, cada uma delas com um conjunto distinto de perícias, formam as competências do mestre na arte estratégica, adquiridas ao longo da sua vida, através da educação e da experiência».

Com a sua liderança, os *Descobrimientos* deixaram de ser uma empresa atlântica para se tornarem num projecto universal. A chegada ao Cabo da Boa Esperança e o Tratado de Tordesilhas são marcos grandiosos da nossa história. D. João II abriu as portas do Estado moderno e foi o fomentador das grandes mudanças que conduziram ao *Século de Ouro Nacional*.

198 Bibliografia

- Barrento, A. (2010). *Da Estratégia*. Parede: Príncípa Editora Lda.
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Cabral, F.C. (1914). *Dom João II e a Renascença Portuguesa*. Lisboa: Torres.
- Cardoso, P. (1998). "Necessidade de uma Visão Estratégica do Ensino da História". In: A. Moreira & P. Cardoso (eds.), *Estratégia*, vol. X, pp. 39-171.
- Correia, P.P. (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. I: Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Costa, A.G. (2012). "O Portugal das Crises". *Revista Expresso*, nº 23, 19-05.
- Couto, A.C. (1988). *Elementos da Estratégia*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Domingues, M. (1960). *D. João II, o Homem e o Monarca*. Lisboa: Livraria Romano Torres.
- Fonseca, L.A. (2007). *D. João II*. Lisboa: Temas e Debates.
- Grave, J. (1915). *Reinado Trágico: Crónica do Século XV*. Porto: Livraria Chardon.
- Mendonça, M. (1991). *D. João II – Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Peixoto, A. (1943). *O Príncipe Perfeito*. Lisboa : Agência Geral das Colónias.
- Rego, A.S. (1963). *Lições de Metodologia e Críticas Históricas*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Ribeiro, A.S. (2010). *Teoria Geral da Estratégia – O Essencial ao Processo Estratégico*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Sanceau, E. (1952). *D. João II*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Santos, C.M. (1965). *D. João II: o Príncipe Perfeito*. [S.l.: s.n.].